



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camaramariana.mg.gov.br

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA CINCO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS (05-12-2016):

Às dezesseis horas e vinte e seis minutos, do dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, no Plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, presidida pelo vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas, que contou com a presença dos demais Vereadores. Todos firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presenças e tomaram seus assentos. O Senhor Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Logo após, solicitou ao secretário que fizesse a leitura da **Ata da Quadragésima Reunião Ordinária**, realizada no dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezesseis. A Ata foi colocada em **discussão e votação**, sendo **aprovada por unanimidade**. Pela ordem, o vereador José Jarbas requereu os pareceres do jurídico da Câmara e da assessoria de Belo Horizonte sobre o projeto da educação. Ademais, o vereador pediu que convocasse o sindicato dos servidores e os representantes do Conselho Municipal da Educação para vir à Casa e acompanhar o trâmite desse projeto. Adiante, o presidente convidou para comporem o plenário o Sr. Edvaldo Andrade, Secretário de Governo; José Luís Papa, Secretário Adjunto de Cultura e Turismo; Sr. Lélvio Pedrosa, Coordenador da Preservação do Patrimônio Cultural; Sr. José Antunes Vieira, ex-vereador; Sr. Deyvson Ribeiro, vereador eleito. Prosseguindo, o secretário leu as **Correspondências**, dentre elas, a **Portaria nº64/2016**: altera excepcionalmente o horário da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mariana e dá outras providências; a **Portaria nº65/2016**: declara ponto facultativo, no âmbito poder legislativo Municipal, no dia nove de dezembro. Leitura dos **Projetos: Projeto de Resolução nº10/2016 (autoria da Mesa Diretora)**: dispõe sobre as providências para o encerramento do Exercício Financeiro de 2016. Pela ordem, o vereador Juliano solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita pelos demais vereadores. **Projeto de Resolução nº 09/2016 (autoria da Mesa Diretora)**: dispõe sobre a instituição do Departamento de Arquivo da Câmara Municipal de Mariana e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Juliano solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Pela ordem, o vereador Bruno se manifestou favorável ao projeto, haja vista que a lei de transparência prevê o acesso aos documentos de informações públicas. A câmara dará um passo importante. O projeto será votado em única. Leitura dos **Requerimentos: Requerimento nº132/2016 (autoria do vereador Pedro Cesar de Oliveira Nunes)**: requer que os



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

servidores Sr. Ênio Eduardo, Secretário Municipal de Administração, e Sr. José Carlos Sampaio, Secretário Municipal de Fazenda, cada Secretário responda de acordo com as atividades de sua pasta, e que a Casa convide o representante da empresa Transcotta, para que compareçam a essa Edilidade em dia e hora previamente agendados, para que explanem sobre os seguintes questionamentos: Qual forma de concessão que existe para a empresa Transcotta explorar o serviço público em nosso município e que encaminhe a essa Casa cópia do procedimento de concessão; Quais os tributos recolhidos aos cofres públicos oriundos da exploração do serviço de transporte público e que encaminhe a essa Casa cópia do procedimento de concessão; Quais os tributos recolhidos aos cofres públicos realizados pela empresa Transcotta, o valor arrecadado na tributação da referida empresa e a periodicidade do repasse. **Requerimento nº133/2016 (Autoria do vereador Marcelo Macedo):** requer que envie cópia desde procedimento ao Secretário de Obras sobre a situação dos imóveis edificando na travessa Açai no bairro Rosário (entre a Rua Acerola e Açai), supostamente edificada em áreas de risco, e ainda, que sejam, recebem enxurradas de ruas que ficam acima merecendo, portanto, intervenção do departamento de obras urgentemente, haja vista que estamos em período de chuva e a situação emergencial vem se repetindo de cada chuva. **Requerimento nº134/2016 (autoria dos vereadores Cristiano Silva Vilas Boas, Pedro Cesar de Oliveira Nunes e José Jarbas Ramos Filho):** requer que seja enviada cópia deste ao Chefe do Poder Executivo para que encaminhe cópia deste procedimento convocatório a Sra. Juliana Alves, Secretária Municipal de Educação e o Sr. Ênio Eduardo, Secretário Municipal de Administração, para que atendam a presente convocação e compareça a Reunião de Comissão a ser agendada, na Câmara Municipal de Mariana, e estendem sua participação durante a Reunião Ordinária na mesma data, para explanarem sobre os questionamentos enviados através do ofício s/n (anexo) da lavra dos alunos de graduação da IFMG-OP e os questionamentos apresentados pelos vereadores previamente através do ofício número 419/2016 (anexo), enviado a V. Exa na data de 23/11/2016 a saber: Quantidade de alunos que são beneficiados pelo sistema de transporte intermunicipal Mariana x Ouro preto; Forma de aquisição dos vales transportes com a empresa fornecedora e que envie a essa Casa cópia do procedimento licitatório para a aquisição dos vales; Se existe redução no custo ofertado para os benefícios dos alunos atendidos pela rede pública ou se o preço aplicado é o mesmo para o cidadão comum; Qual o critério adotado para a distribuição dos vales transportes para os alunos e qual mecanismo utilizado para a concessão sucessiva; Qual o sistema de fiscalização utilizado para o controle da liberação



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

dos passes; Qual o valor total gasto mensalmente com o transporte cedido através dos vales transportes para alunos diversos que utilizam destes; Qual valor oferecido mensalmente aos alunos que não fazem jus ao vale; Qual o valor total repassado aos alunos, em auxílio que não utilizam dos vales transporte; Qual o número de alunos atendidos com auxílio transporte, valor em verba, qual o critério usado para renovação da concessão; Em qual dia do mês é disponibilizado o auxílio transporte para os alunos, se existe datas variadas ou se é unificado, e a forma de liberação, se é depósito em conta, se é compensação retirada pelo aluno na secretaria, etc., que encaminhe a essa Casa documentos comprobatórios; Se existe estudo para viabilizar o atendimento aos alunos que estudam fora do município em transporte escolar fornecido pela própria Secretaria de Educação, ou seja, ofertado pela própria Prefeitura; **Requerimento nº135/2016 (autoria do vereador Marcelo Macedo):** requer que envie cópia deste procedimento ao Secretário Municipal de Obras e Secretário Municipal de Desenvolvimento Social para que visitem e elaborem relatório sobre a situação do imóvel doado pela Prefeitura Municipal de Mariana, situado no distrito de Monsenhor Horta, conforme comprovante de endereço e documentações anexas, informando que esta apresenta vários problemas estruturais, como vazamento no telhado e problemas referentes a má construção realizada pela empresa contratada pelo nosso município, que após vistoria seja notificada a empresa contratada de construção nova. Informem as medidas que serão tomadas para solucionar os problemas e quando iniciarão as obras. **Leitura das Indicações: nº 228/2016 (autoria do vereador Edson Agostinho); nº229 e 230/2016 (autoria do vereador Marcelo Macedo).** Leitura das **Moções de Pesar:** pelo passamento da Sra. Beatriz da Cruz Feliz (autoria do vereador Marcelo Macedo); pelo passamento da Sra. Maria Alves Bezerra (autoria dos vereadores Geraldo Sales e Antônio Marcos); pelo passamento da Sra. Maria Aparecida Moreira de Freitas (autoria dos vereadores Antônio Marcos e Sebastião André); pelo passamento da Sra. Maria de Lourdes de Oliveira (autoria do vereador Antônio Marcos, Daniely Cristina e Sebastião André); pela tragédia que se abateu sobre a cidade de Chapecó, Santa Catarina, e o país, pelo fatídico acidente aéreo que vitimou dezenas de pessoas, entre elas o time da Associação Atlética Chapecoense, jornalistas e tripulação, no dia 29 de novembro próximo passado, a tricentenária Primaz de Minas, Mariana- MG, neste momento se une a dor e ao sofrimento que passa este Município (autoria de todos os vereadores). **A reunião ocorreu sem intervalo. Votações: Projeto de Resolução nº09/2016 (autoria da Mesa Diretora).** O presidente colocou o projeto em **única discussão e votação.** Com a palavra, o presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

comentou a importância do departamento de arquivo na Câmara. Ele informou que muitos documentos foram digitalizados através de uma parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto permitindo a todos a consulta. O projeto foi **aprovado por unanimidade. Projeto de Resolução nº10/2016 (autoria da Mesa Diretora)**. O presidente colocou o projeto em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº73/2016 (autoria do vereador Vasconcelos Gonçalves)**. O presidente colocou o projeto em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Requerimento nº132/2016 (autoria do vereador Pedro César de Oliveira Nunes)**. O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Requerimento nº133/2016 (autoria do vereador Marcelo Macedo)**. O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Requerimento nº134/2016 (autoria dos vereadores Cristiano Silva Vilas Boas, Pedro Cesar de Oliveira Nunes e José Jarbas Ramos Filho)**. O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Requerimento nº135/2016 (autoria do vereador Marcelo Macedo)**. O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade**. Em seguida, o vereador José Jarbas pediu para que os pareceres do projeto sobre educação fossem lidos em plenário. Com a palavra, o presidente disse que os projetos não estavam na pauta. Pela ordem, o vereador Pedro ressaltou que os vereadores ainda não tiveram acesso aos pareceres no gabinete, o que tornaria a leitura inapropriada no momento. Mesmo assim, o vereador José Jarbas pediu ao presidente que consultasse o plenário para verificar a possibilidade da leitura devido à gravidade do projeto que mexe nos direitos dos profissionais de educação. A vereadora Daniely não concordou com a leitura do parecer no plenário na ocasião, ela afirmou que apesar de não concordar com o projeto, ela gostaria que os trâmites fossem seguidos como de costume na Casa. O vereador Bruno não concordou com a leitura, ele disse que o projeto não estava na ordem do dia para que o parecer fosse apreciado pelo plenário. O vereador Marcelo ressaltou que o projeto era polêmico e que certamente não será votado pela Casa, porque é um projeto inconstitucional. O vereador disse que não havia necessidade de ler o parecer no momento e adiantou o seu voto contra ao projeto como presidente da comissão de Legislação, Finanças e Justiça. O vereador Raimundo Elias disse que seu voto seria indiferente, já que para a permissão para leitura deveria ter unanimidade do plenário. O vereador João Bosco se posicionou contra a leitura do parecer. O vereador Cristiano, membro da comissão, afirmou que



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

não há o parecer da comissão, os pareceres poderiam ser lidos juntos depois, mas que era um direito do vereador José Jarbas pedir a leitura; o vereador Cristiano sugeriu que a leitura fosse feita depois da ordem do dia. O vereador Adimar se posicionou contra a leitura do parecer. O vereador Edson não concordou em ler o parecer, já que a comissão ainda não teve conhecimento do parecer da assessoria jurídica. O vereador Geraldo concordou com a comissão que optou em não ler parecer no momento. O vereador Pedro César ressaltou a não leitura do parecer, seria algo ilegal na Casa, nem os vereadores e nem a comissão tinha conhecimento do parecer. O presidente assinalou que a leitura oficial do parecer não será feita, mas não iria tolher o direito do vereador José Jarbas comentá-lo, de se posicionar. O vereador José Jarbas disse que era seu direito de fazer a leitura dos trechos, já que a secretaria da Casa não foi autorizada. O vereador João Bosco ressaltou a soberania do plenário em optar pela não leitura do parecer, sendo que o projeto não estava em pauta. O vereador Pedro pediu ao presidente para que não fosse entregue nenhuma cópia do parecer ao vereador José Jarbas, já que nenhum vereador ainda tinha acesso ao documento em seu gabinete. Haverá o momento correto de se discutir o projeto, não havia nada para esconder. O vereador Bruno disse que a questão é regimental, o plenário foi consultado, caso seja entregue o parecer na ocasião ao vereador José Jarbas haverá uma informação privilegiada, tornando oficial o parecer e influenciando na votação do projeto. O vereador José Jarbas frisou o seu direito de ler trechos dos pareceres, o qual um deles foi lido na íntegra em reunião interna com todos os vereadores. O vereador Marcelo esclareceu que o parecer foi lido em partes e acrescentou que o embate era desnecessário, a discussão sobre o parecer poderia acontecer na próxima reunião. Prosseguindo a reunião, o vereador João Bosco perguntou ao Lélcio Pedrosa o que aconteceu com a verba no valor de quatrocentos e cinquenta mil reais (aprovada e constada em ata) para a restauração do Casarão em Furquim e que de repente baixou para cento e cinquenta mil sem o conhecimento de ninguém. O Casarão tricentenário está em perigo, principalmente agora com as chuvas. O vereador perguntou o objetivo do conselho. Com a palavra, o Sr. Lélcio informou que o conselho foi criado por um decreto da Câmara em 2003 a fim de se acompanhar os gastos dos recursos advindos do ICMS cultural, é o executivo que indica as obras necessárias e o conselho aprova ou não a destinação dessa verba. O vereador João Bosco quis saber se a prioridade é a restauração dos imóveis da prefeitura. Sr. Lélcio respondeu que sim e afirmou que quem define é a prefeitura e também sugestões da Câmara. O vereador Geraldo quis saber se o projeto foi criado pela empresa Projeta e se foi aprovado pelo IPHAN. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

coordenador do conselho respondeu que projeto de restauração do Casarão foi feito pelos arquitetos do município e não precisaria ser aprovado pelo IPHAN. O vereador perguntou se a execução da obra deve ser de iniciativa de quem. Sr. Lélío disse que nesse meio tempo o projeto estava sendo finalizado para em seguida ser feita a planilha de custos. Sr. Lélío apresentou as atas do conselho. O vereador João Bosco perguntou o que foi definido na primeira ata. Sr. Lélío leu a ata de 2015, na qual constava o pedido dele para a restauração do Casarão. O vereador João perguntou o valor estipulado. Sr. Lélío disse que em abril de 2016 houve pedido de urgência do secretário de cultura, Sr. Vicente, para a restauração do prédio estimada em quinhentos mil reais, o qual já está reservado, aguardando apenas a planilha de custo que será feita pela prefeitura. Sr. Lélío informou que o valor de cento e cinquenta mil foi liberado em caráter emergencial para a cobertura e estrutura do Casarão. No momento está apenas esperando a planilha de custo e a licitação para iniciar a obra. O vereador João Bosco perguntou se o valor retirado emergencialmente inclui no valor integral de quinhentos mil reais. Sr. Lélío respondeu que sim. O vereador Geraldo Sales ressaltou que oficialmente a Cemig não tem conhecimento da obra de cabeamento subterrâneo da rede elétrica. Sr. Lélío disse que essa obra é de responsabilidade da Secretaria de Obras e que foi aprovada pelo IPHAN. O vereador José Jarbas através de requerimento solicitou a presença do secretário de obras, do de cultura, do representante do IPHAN e da Cemig para explicarem o que está acontecendo com essa obra. O vereador João Bosco agradeceu as explicações do Sr. Lélío e pediu urgência da obra de Furquim. O presidente e o vereador Bruno parabenizaram o trabalho do Lélío na Secretaria de Cultura. Com a palavra, a vereadora Daniely disse ter recebido uma solicitação dos moradores da travessa Sumidouro, há um problema antigo no local, a rua não é pavimentada, há canos de esgoto expostos, os moradores não conseguem sair de carro, motos são carregadas. A vereadora que havia se comprometido em levar o pedido ao prefeito entregou o pedido nas mãos do secretário de governo, Edvaldo Andrade. Adiante, o vereador José Jarbas retomou o projeto de educação, o qual era imoral e ilegal, tanto é que as duas assessorias jurídicas da Casa emitiram parecer contra o projeto. Assim, o vereador pediu a retirada do projeto, pois tira o direito dos profissionais da educação. A Casa não pode baixar a cabeça. O vereador disse que foi um absurdo a Casa não ter liberado o documento que é de direito do povo, nem é direito do vereador, é do povo de Mariana ter acesso. Em resumo, o vereador disse que o projeto era ilegal, quer tirar o direito do professor ainda mais nesse momento de crise. O que se está fazendo com o funcionalismo é um absurdo, uma vergonha. O vereador Bruno



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camaramariana.mg.gov.br

parabenizou o presidente pela manutenção da ordem da Casa e ressaltou que objetivo não era tolher o direito do vereador José Jarbas, mas sim resguardar e respeitar o regimento interno evitando futuros problemas na Câmara. Com a palavra, o vereador Pedro César afirmou que não há nada esconder, mas caso fosse feita a leitura haveria uma informação privilegiada. Todos os vereadores devem estar aptos a discutir a matéria. O vereador José Jarbas disse que não há nada novo, foi acessado pelos vereadores em reunião interna e acrescentou que a Casa certamente não irá inaugurar a operação de desmanche do funcionalismo público ao aprovar um projeto ilegal, é uma vergonha o que se está sendo feito. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às dezenove horas e quarenta e um minutos, para constar foi lavrada esta ata que após lida e aprovada será assinada pela Mesa Diretora.